



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**RELIGIÃO: PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO  
INFANTIL DIANTE DA DIVERSIDADE RELIGIOSA**

**Nathalia Monike Freire Firmino**

**BRASÍLIA - DF**  
**JULHO, 2013**



**NATHALIA MONIKE FREIRE FIRMINO**

**RELIGIÃO: PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO  
INFANTIL DIANTE DA DIVERSIDADE RELIGIOSA**

Trabalho apresentado como requisito parcial à  
obtenção do título de Licenciatura em  
Pedagogia, à Comissão Examinadora da  
Faculdade de Educação da Universidade de  
Brasília, sob a orientação da **profa. Tereza  
Cristina Siqueira Cerqueira** e co-orientação  
da **Profa. Tânia Cristina Cruz**.

**BRASÍLIA – DF**  
**JULHO, 2013**

**NATHALIA MONIKE FREIRE FIRMINO**

**RELIGIÃO: PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO  
INFANTIL DIANTE DA DIVERSIDADE RELIGIOSA**

**Comissão Examinadora**

**Professora Doutora Tereza Cristina Siqueira Cerqueira**

**Professora Doutora Tânia Cristina Cruz**

**Professor Doutor Erlando da Silva Rêses**

**Brasília, DF  
JULHO, 2013**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**RELIGIÃO: PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO  
INFANTIL DIANTE DA DIVERSIDADE RELIGIOSA**

**NATHALIA MONIKE FREIRE FIRMINO**

**Comissão Examinadora**

**Professora Doutora Tereza Cristina Siqueira Cerqueira (Orientadora)**

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

**Professora Doutora Tânia Cristina Cruz (Co-orientadora)**

Faculdade de Planaltina da Universidade de Brasília

**Professor Doutor Erlando da Silva Rêses**

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

FIRMINO, Nathalia Monike Freire.

Religião: Percepções e vivências do professor de educação infantil diante da diversidade religiosa. / Nathalia Monike Freire Firmino – Brasília, 2013.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade de Brasília, 2013.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Tereza Cristina Siqueira Cerqueira

Co-orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Tânia Cristina Cruz

Palavras-chave: Educação infantil – Ensino Religioso – Religião – Criança

*Dedico este trabalho a uma pessoa que despertou significativamente o meu interesse na busca de informações quanto à religião. Agradeço a você por ter plantado a dúvida em meu coração e aberto desta forma um leque de informações em que eu poderia me debruçar na busca de conhecimento e respostas. Weyvisson de Mesquita*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha mãe, em especial, que sempre será minha maior incentivadora e meu maior orgulho, a minha irmã, pela descontração e momentos de alegria, há meu pai que muito me ajudou no decorrer de minha formação e a minha sobrinha Lívia por sua companhia.

Agradeço ao Weyvisson que desde ao tema me incentivou na construção deste trabalho, sempre me apoiando e acreditando no meu desempenho assim como há Cleusa minha grande amiga.

Meus sinceros agradecimentos a minha co-orientadoras Tânia Cristina Cruz que tem papel especial na realização deste trabalho, obrigada por sua atenção, agradeço também a Tereza Cristina que tornou este trabalho possível.

Minha gratidão a minha amiga Gabriela que tem papel significativo na minha caminhada de graduação, sem você meus passos não seriam os mesmos.

E enfim, as minhas grandes amigas Karina, Thamara, Renata, Dulce e Adriana que no meio de minha agonia me incentivaram com palavras confortantes e incentivadoras, suas palavras e carinho foram primordiais.

Vocês são essenciais!

(...) *"O medíocre nada inventa, nada cria, não impulsiona, não rompe, não engendra; mas, em compensação, sabe custodiar zelosamente a armação dos automatismos, dos preconceitos e dogmas acumulados durante séculos, defendendo esse capital comum contra o assalto dos inadaptáveis."* (INGENIEROS, 1960:54 e 59).



FIRMINO, Nathalia Monike Freire. **Religião: Percepções e vivências do professor de educação infantil diante da diversidade religiosa.** Brasília – DF, Universidade de Brasília/ Faculdade de Educação (Trabalho Final de Curso), 2013.

## **RESUMO**

Este trabalho investiga as percepções e vivências dos professores de educação infantil diante da diversidade religiosa. Tem como objetivos saber como estes professores lidam com a educação religiosa/religião dentro da sala de aula com as crianças da educação infantil sem ferir sua liberdade e crescimento/desenvolvimento; analisar as possíveis influências religiosas do professor e escola na vida da criança; saber como isso afeta o psicológico da criança que não apresenta autonomia e para discernir como se dá a religião e como seria a melhor forma de lidar com isso. Traz uma abordagem quanti-qualitativa: foi realizada uma entrevista de caráter livre, onde os entrevistados poderiam pensar para responder e depois uma mensuração destes dados para compreender como se dá o ato religioso na escola. A pesquisa foi realizada em duas escolas públicas de Planaltina, na Escola Classe 13 e Escola Classe 10, onde participaram nove (9) professores da educação infantil, sendo todas mulheres com idade mínima de 24 anos, média 32 e máxima 40. Percebeu-se após as entrevistas e mensuração dos dados que os professores fazem um paralelo com os valores e a religião, que uns são adquiridos com o outro, respectivamente. Que falar sobre deus e religião em sala de aula não é visto pelos professores como um ato que vai de encontro à laicidade do Brasil, nem com o banir com da liberdade religiosa das crianças e de suas famílias, embora tenham a Constituição Federal, a LDB e da DUDH-ONU como base legal dos seus deveres e direitos. E finalmente, os professores se mostraram leigos em relação ao processo cognitivo das crianças das séries iniciais e ao processo religioso destas.

**Palavras - chave:** Educação infantil – Ensino Religioso – Religião - Criança

## **ABSTRACT**

**This study investigates the perceptions and experiences of kindergarten teachers on religious diversity. Aims to find out how these teachers deal with the religious education / religion into the classroom with children in early childhood education without hurting their freedom and growth / development; analyze the possible influence of the religious teacher and school life of the child, how it affects the child's psychological that has no autonomy and to discern how is religion and how would be the best way to handle it. Provides a quantitative and qualitative approach: an interview was conducted of free character, where respondents could think to respond and then a measurement of this data to understand how is the religious act in school. The research was conducted in two public schools Planaltina School Class 13 and Class 10 School, attended nine (9) teachers of early childhood education, and all women with a minimum age of 24 years, mean 32 and maximum 40. It was noticed after the interviews and measurement of data that teachers make a parallel with the values and religion, which are acquired with each other, respectively. To talk about God and religion in the classroom is not seen by teachers as an act that goes against the secularity of Brazil, or the banning of religious freedom with the children and their families, although the Federal Constitution, the LDB and the UDHR - ONU as the legal basis of their duties and rights. And finally, teachers showed laity in relation to children's cognitive process of the initial series and these religious process.**

**Key - words: Child Education - Religious Education – Religion - Child**

## SUMÁRIO

Lista de quadros .....	12
Lista de Abreviaturas .....	13
INTRODUÇÃO .....	18
CAPÍTULO I – RELIGIÕES E SEU CONCEITO .....	20
1.1 Etimologias da palavra religião .....	20
1.2 O surgimento da religião na sociedade .....	21
1.3 Religiões no Brasil.....	27
1.4 Brasil, um país laico.....	31
CAPÍTULO II – O ENSINO RELIGIOSO E A EDUCAÇÃO .....	35
2.1 O ensino religioso na escola.....	35
2.2 As crianças e a Religião x Ensino Religioso.....	37
2.3 Ações do professor em sala de aula .....	40
CAPÍTULO III – ESTUDO DE CASO NA ESCOLA .....	42
3.1 Técnica da pesquisa .....	42
3.2 Participantes.....	42
3.3 Procedimentos para coleta de dados .....	43
3.4 Questionários para professores .....	43
CAPÍTULO IV - RESULTADOS .....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
PERSPECTIVAS FUTURAS.....	56
REFERÊNCIAS .....	57
APÊNDICE .....	61
Roteiro de entrevista.....	62

## **Lista de quadros**

**Quadro 1** – Quadro Níveis e estágios de desenvolvimento moral,  
segundo Kohlberg, 1969

## **Lista de Abreviaturas**

**CNJ – Conselho Nacional de Justiça**

**DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos**

**LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação**

**MEC – Ministério da Educação**

**PCN – Parâmetros Curriculares Nacional**

**STF – Supremo Tribunal Federal**

**STJ – Supremo Tribunal de Justiça**

**UEG – Universidade Estadual de Goiás**

**UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

## **PARTE I – Memorial**

Nasce no dia 09 de novembro de 1987 a menina chamada Nathalia, em Brasília, no Hospital Universitário mais precisamente às 16 horas.

Minha vida escolar foi muito precoce, sou filha de pais separados e minha mãe Edite precisava trabalhar para dar sustento para meu irmão e para a pequena Nathalia. Assim, tive que ficar em uma creche logo bem pequena, no entanto não me adaptei e minha mãe me retirou da escola. Lembro de alguns momentos de terror, pois eu chorava muito, mas não sei ao certo se alguma coisa me acontecia nesta escola, mas eu não queria ficar estudando lá de nenhuma forma. E esta tortura, segundo minha mãe, durou pouco mais de um mês.

### **Educação Infantil**

Comecei a estudar na pré escola e séries iniciais no CAIC de Planaltina, uma escola que funcionava integralmente: entrava às 7h: 45min e saia às 17h: 30min, tínhamos que usar um uniforme de blusa amarela com um short azul e conga. Eu tomava café da manhã, lanchava, almoçava e lanchava novamente nesta escola. Lembro-me que eu chorava muito pra não ficar nessa escola também, sempre fui muito apegada a minha mãe, acredito que por isso nunca gostei de ser deixada por ela nas escolas em que frequentei, parecia-me que tinha um sentimento de abandono e de fato, nunca gostei de ficar só, ou longe de pessoas das quais eu gosto. Eu iniciei nessa escola com 5 anos, minha mãe me deixava antes de ir trabalhar e meu irmão me buscava, sempre de bicicleta. Lembro que por vezes eu saia mais cedo, era uma forma que minha mãe tinha para que eu ficasse na escola, pois todo dia era um desconforto, eu chorava muito, fazia birras, gritava, não queria ficar, então minha mãe mandava meu irmão me buscar mais cedo. Minha madrinha trabalhava na cantina, e eu sempre a via quando íamos almoçar e eu só comia macarrão e feijão. De alguma forma eu gostava somente disso na escola que anteriormente era uma referência em termos de qualidade. Minha mãe também sempre foi muito cuidadosa comigo, todos os dias eu levava um pão de coco e leite com nescau na minha lancheira e eu até me recordo de dividir meu pão com um menino que todos chamavam de gordinho.

Fiquei lá do pré I até a segunda série. Depois minha mãe teve que mudar para outro bairro e conseqüentemente tive que mudar de escola. Fui para Escola Classe 13 de Planaltina, e até gostei, pois eu estudava na mesma escola que minha prima. Fiz a terceira série com uma professora chamada Márcia. Foi nessa escola que vivenciei minha primeira reclamação e de fato eu tive culpa. Primeiramente eu era a menor, então eu tinha o primeiro lugar da fila, até

que uma menina chamada Marcela entrou na minha sala e roubou meu lugar. Fiquei desconcertada e a intimidei e ela chamou a mãe dela. Eu não sei como eu iria fazer isso, pois era bem pequena, mas nunca gostei que tomassem meu lugar. E também na minha sala tinha um menino que conversava muito e sentava na minha frente e eu levei a culpa com ele. Daí minha mãe foi chamada e eu tive que sentar para conversar em casa, e, acreditem, é melhor levar uma surra a ter uma conversa dessa. Foi nessa escola também que caí e cortei meu queixo brincando de polícia-ladrão.

Em seguida fui para Escola Classe 04 de Planaltina, onde fiz a quarta série e reencontrei quase todos os meus amigos que fiz no pré e series iniciais. As únicas coisas que recordo dessa escola é que estudei com minha amiga Renata Cristina que está na dedicatória deste trabalho e de uma menina chamada Tábata que fazia karatê e eu tinha muito medo dela, hoje em dia somos colegas.

### **Ensino Fundamental**

Logo em seguida fui para a Escola Classe 12 de Planaltina. Esta escola ficava em outro bairro e me separei novamente de todos os meus antigos amigos, onde fiz a quinta série. Não me lembro de quase nada desta escola, somente de um fato isolado, onde me ofereceram cigarro pela primeira vez. Eu fiquei assustada e corri e contei pra minha mãe que foi no outro dia na direção da escola reclamar. Minha mãe sempre foi muito presente e cuidadosa, sempre fez o que pode para afastar de mim tudo o que não prestava, acredito que vive por muito tempo em uma bolha criada por ela. Alguns pontos disso são bons, pois não tive contato com muita porcaria, mas em outros são ruins, a criança precisa saber se defender.

Já na sexta série fui para a Escola Classe 08 de Planaltina onde me lembro que estudava de manhã e eu tinha problemas de rinite, sinusite e isso me atormentava todas as manhãs e logo em seguida para o CIE (Centro de Ensino Interescolar de Planaltina), onde fiz a sétima e oitava séries e acreditem, os anos de escola mais felizes de minha vida. A escola era maravilhosa, aprendi muito, tive professores excelentes e reencontrei muitos amigos e conheci pessoas maravilhosas. Eu brincava, me divertia e estudava, tenho histórias incríveis para contar, mas não quero me prolongar. E nesta escola eu tinha o ensino religioso como disciplina escolar, mas nunca perguntaram para minha mãe se ela queria que eu tivesse essas aulas, apesar de que, não estudávamos sobre uma religião ou outra, mas sim valores que tínhamos que ter como cidadãos e sempre falando sobre deus. Lembro que esta disciplina era a única que todos os alunos tinham certeza da média 10, pois não se tinha muito que fazer a não ser um texto ou outro que a professora mandava fazer.

### **Ensino Médio**

No ensino médio todos nós que estudávamos no CIE fomos transferidos para uma escola nova da cidade, Stella dos Querubins Tróis, onde fiz o ensino médio e tive minha primeira reprovação. Há, isso foi muito triste, de aluna aplicada e que só tirava notas altas, passei a matar aula e reprovar em três disciplinas o que me ocasionou a reprovação e muita tristeza. Voltei então no próximo ano para Escola Classe 12 de Planaltina, onde fiz novamente o terceiro ano a noite e com muita facilidade, a escola era e é o exemplo de fracasso, pois o ensino é péssimo, a coordenação desajustada e o restante eu nem preciso descrever, fora do comum. O que me chama atenção em todos os meus anos escolares é que nunca tive vontade de me formar na UnB, sempre há vi como algo muito distante de minha realidade, entrar seria quase um sonho.

### **Graduação**

Quando eu terminei o segundo grau, fui fazer um curso técnico em enfermagem, onde aprendi muitíssimo, mas não me identifiquei, então fui trabalhar de “orea” (trabalhar em loja, comércio) e me deparei com muita frustração, criei vergonha na cara e decidi que aquilo ali não era e jamais seria para minha pessoa. Sempre pensei alto e nunca quis mendigar por pouca coisa e fui estudar e passei no vestibular para pedagogia na Universidade Estadual de Goiás (UEG), mas não me adaptei a nada nessa universidade, me sentia como um peixe fora d'água. As pessoas não tinham a mesma visão que a minha, criei vínculos com pouquíssimas pessoas, que são muito especiais até hoje, fiquei lá por um semestre, o mais horrível de todos. Foi lá que soube da transferência facultativa e o mais rápido possível me inscrevi neste processo seletivo, tive o incentivo de professores excepcionais da UEG, que me ajudaram no adiantamento de notas e de como essa decisão poderia ser importante em minha formação. Nesse meio tempo, incentivei mais cinco amigas a fazerem e todas nós passamos.

### **UnB**

Meu primeiro momento na UnB foi no primeiro semestre de 2010. Entrei cursando o terceiro semestre, pois algumas disciplinas foram aproveitadas. Deparei-me com um universo de possibilidades que eu poderia ter, foi muito emocionante. Aos poucos fui crescendo como pessoa, me identificando com alguns professores, criando vínculos com amigas, inclusive a Gabriela que desde a UEG é meu braço direito na universidade, me separando de outras que não eram tão amigas assim como eu acreditava.

Foi com meu ingresso na UnB que tive a oportunidade de estagiar em alguns lugares e aprender muito como pessoa e como profissional e também onde tive conhecimento do que



era greve, o que é não ter vida social, o que é estar estudando quando todo o restante de meus amigos estão de férias e de tantas outras coisas. E foi no meio disso tudo que conheci o espiritismo, pois minha mãe frequentava o Kardecismo e me levava quando eu ainda era criança, depois eu fiz catecismo por influencia de minha família, e por fim me tornei evangélica na adolescência juntamente com minha mãe. Mas de fato só fui entender como se dava todo esse processo de religião quando adquiri um senso mais crítico.

No entanto, meu digníssimo namorado é ateu e por diversas vezes discutíamos sobre tudo que nos cerca, até que ele conseguiu plantar a dúvida em meu coração, o que de fato sou eternamente grata. Daí comecei a ler, a pesquisar, explorar, tirar minhas dúvidas a respeito de tudo – universo, “Deus”, religião, santos, bíblia, seres humanos e toda forma de crenças e religião que existe, me tornado ao final de minhas leituras, atéia. Neste percurso conheci na FUP a professora Tânia Cristina que dava aula de Introdução a Sociologia e em uma de suas falas em sala de aula me chamou atenção, pois era justamente sobre religião e sociedade e foi por isso que a escolhi e fiz o convite para ser minha orientadora, o que deu muito certo.

Escolhi esse tema, pois quero que as pessoas tenham a oportunidade de ler e saber um pouco mais de como tudo começou segundo a história e/ou documentos que temos, quero saber e compreender como o professor que tem papel especial na vida das crianças deve se comportar com a diversidade de religiões que temos aqui no Brasil e de como isso afeta diretamente a vida das crianças, acreditando que as mesmas são influenciadas desde o berço a seguirem a religião de seus pais e não por opção própria. Sabendo que o Brasil é um país laico, onde fica o ensino religioso e a religião dentro da sala de aula? E eu como educadora como devo me comportar perante pais e alunos que defendem suas religiões como princípio de vida? Espero que gostem e que esse trabalho tenha algum efeito significativo na construção do ser de cada um de vocês que puderam ter acesso a essa leitura e que este seja apenas o começo de suas descobertas.

## INTRODUÇÃO

A religião tida como uma prática que direciona os seres humanos desde a antiguidade, nos dias atuais vem sofrendo com a diminuição de seus fiéis. Sabe-se que as pessoas estão à procura constante de um equilíbrio e que este é uma combinação de muitos fatores e de muitas dimensões, e faz-se necessário a justa medida entre todas elas. Tentar conseguir o equilíbrio de uma única vertente é situar-se em uma posição sem equilíbrio. Por isso não basta à razão crítica, não é suficiente a razão simbólica, presente na religião, nem a razão emocional, subjacente ao mundo dos valores e das significações, mas todas as vertentes juntas se articulando em todas as dimensões. No entanto desde nossa antiguidade a religião se tornou o centro das prioridades e situações, e desta forma influenciando diversos setores de nossa sociedade inclusive a escola.

Sabe-se que o Brasil desde a primeira Constituição em 1988 se tornou laico e garantindo desta forma a liberdade religiosa a todos, mas até onde isso de fato acontece? Temos um Estado democrático que respeita todos os credos e formas de pensamento? A LDB em seu texto traz como o ensino religioso deve ser colocado aos alunos, mas os professores respeitam esse documento?

Na perspectiva de esclarecer sobre o ensino religioso/religião na escola, este trabalho de conclusão de curso busca compreender como o fenômeno religioso se dá nas escolas e principalmente como os professores de educação infantil lidam com este confronto: estarem em um país laico, pertencer a uma religião ou não e ao mesmo tempo, saber separar as diferenças e manter direitos e garantias das crianças e de suas famílias. Assim, o objetivo principal deste trabalho foi analisar o ensino religioso/religião na escola pública a partir desses marcos. Este trabalho buscou referências em trabalhos anteriores que analisavam esta temática do ensino religioso no Brasil bem como sobre a laicidade no país. Além de se apoiar na legislação que traz especificadamente os direitos e garantias do indivíduo em nossos dias atuais.

A temática que direciona este TCC é Religião: percepções e vivências no professor de educação infantil diante da diversidade religiosa, tem como objetivo geral: saber como os professores lidam com a educação religiosa/religião dentro da sala de aula com as crianças da educação infantil sem ferir sua liberdade e crescimento/desenvolvimento e específico; analisar as possíveis influências religiosas do professor e escola na vida da criança; como isso afeta no

psicológico da criança que não apresenta cognição de como se dá a religião e como seria a melhor forma de lidar com isso. Para analisar estas propostas foi feito um roteiro de entrevista e aplicado em duas escolas públicas de Planaltina com nove professores, onde posteriormente fiz as análises quanti-qualitativa das entrevistas.

Este TCC possui três capítulos. O primeiro relata a etimologia da palavra religião e seu conceito dentro do pensamento de vários autores como Freud (1910), Nietzsche (1978), Durkheim (1983) e Hume (1757). Relato sobre como a religião surgiu na sociedade, às religiões do Brasil e as que tomaram o Brasil depois da colonização portuguesa, assim como o período que o Brasil se tornou laico com a legislação pertinente.

O segundo capítulo traz a religião/ensino religioso na educação, como essa temática é trabalhada dentro da escola e sala de aula com tantos parâmetros que guiam as ações do professor, traz a legislação pertinente como a Constituição, LDB e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Trato do caso da educação infantil, e mostrarei as fases de desenvolvimento da moral segundo Lawrence Kohlberg (1958) para embasar minha perspectiva de que religião não é um tema que deve ser tratado dentro de sala de aula com crianças tão imaturas. E veremos como caberá aos professores trabalhar essa vertente com crianças em fase inicial de desenvolvimento.

No terceiro capítulo abordo o estudo de caso em si, trago a metodologia da pesquisa, as escolas, assim como os participantes que tornaram essa pesquisa viável por meio do roteiro de entrevista.

E no capítulo quatro coloco o resultado deste trabalho, a análise de dados e os principais achados que fundamentam as conclusões deste, assim como aponto alguns caminhos para esta vertente dentro da sala de aula, e as possíveis ações dos professores da educação infantil, todos embasados nos nossos direitos e garantias fundamentais.

## **CAPÍTULO I – RELIGIÕES E SEU CONCEITO**

### **1.1 Etimologias da palavra religião**

Segundo o dicionário Língua Portuguesa (2011) religião é uma doutrina espiritual. Fé, crença. Etimologicamente a palavra vem do verbo latino religare “re-ligar”, que significa unir, juntar. Ou seja, a união ou ligação em torno de algo, não especificadamente envolvendo a espiritualidade.

Segundo Durkheim (1983) religião é algo puramente social. As crenças e ritos são manifestações coletivas e a religião é o seu subproduto.

[...] religião é uma coisa eminentemente social. As representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas; os ritos são maneiras de agir que nascem do seio dos grupos reunidos e que são destinados a suscitar, a manter ou refazer certos estados mentais desses grupos (DURKHEIM, 1983:212).

Para Freud (1910) a religião é uma ilusão um estado infantil e servia para auxiliar a humanidade em suas fragilidades e desamparo. Vejamos:

“Quanto aos meus próprios vislumbres de inspiração – estou muito bem outra vez e correspondentemente improdutivo -, posso confidenciar apenas um. Ocorreu-me a base última da necessidade que o homem tem da religião é a impotência infantil, que é muito maior no homem do que nos animais. Passada a infância, ele não pode conceber um mundo sem pais e cria para si um Deus justo e uma natureza delicada, as duas piores falsificações antropomórficas que ele poderia ter imaginado” (Carta de Freud enviada a Jung a 2 de janeiro de 1910).

Para Nietzsche (1978), a religião pode ser vista como:

Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismo, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, aparecem a um povo sólidas, canônicas, obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas (NIETZSCHE, 1978:49).

Hume (1757) diz que a religião é uma tentativa de se entender o universo racionalmente, mas por ser um ser humano, possui paixões e por ela são influenciadas.

"As convulsões da natureza, as catástrofes, os prodígios e os milagres, embora em grande medida refutem a idéia de um plano elaborado por um sábio diretor,

imprimem no homem os mais fortes sentimentos religiosos, pois as causas dos acontecimentos aparecem então mais distanciadas do que nunca de todo conhecimento e de toda explicação" (HUME *apud* CONTE, 1757:9).

Percebe-se que o conceito de religião citada por diversos estudiosos advém do medo e é vista como uma grande ilusão muitas vezes comparada às ilusões das crianças. Mas é sabido que ela é um fator que orienta as praticas e organiza a vida em sociedade. Portanto, essa questão de religião e espiritualidade transforma a relação consigo e com o outro e dá sentido à existência das pessoas e ao sentimento de impotência em relação ao mundo. É certo também que a religião está inteiramente ligada à cultura, afirma o antropólogo Paul Hierbert, *apud* Valerio (2008). E por fazer parte é que está presente em todos os povos e épocas, e embora as religiões nos parecessem diferentes todas estão em busca de uma descoberta: a de si mesmo em consonância com o mundo que os rodeia.

## **1.2 O surgimento da religião na sociedade**

O ser humano desde os mais antigos tempos sempre procurou expressar-se através de algo ou de alguém, seria uma maneira mais fácil de compreender o mundo e o homem diante de tantas perguntas que anteriormente não tinham respostas. Os registros mais antigos sobre religião datam do Paleolítico Superior (de 40.000 a 12.000 anos). Eles enterravam seus mortos com oferendas, ornamentos, os corpos por vezes eram salpicados com ocre vermelho acreditando assim em algo sobrenatural. “O vermelho é a cor do sangue e do fogo, ou seja, simbolizava vida e calor. O professor G. Childe (s/d) imaginava que o uso do ocre vermelho podia ser uma patética tentativa de mágica, para devolver ao corpo o calor perdido” (BRAIDWOOD, 1907:88), ou seja, crença e prática.

Nas antigas cavernas cerca de 10 a 18 mil anos atrás, que por ora, considerados lugares misteriosos e mágicos, podemos ter acesso às pinturas rupestres que são umas das primeiras formas de comunicação e de tentativas de tentar compreender e explicar o mundo que os rodeava através dos símbolos. “O pintor tinha que descer às mais misteriosas profundezas da terra e criar um animal através da pintura. Possivelmente acreditava-se que fazendo isso ganharia algum poder mágico sobre a mesma espécie de animal, quando o caçasse em campo aberto” (BRAIDWOOD, 1907:86).

Os desenhos de grandes animais daquela época eram muito frequentes, pois como visto, tinha um propósito, o desenho em si não era importante, mas sim o que ele poderia trazer, como uma espécie de feitiço. Assim como o desenho de mulheres, que simbolizavam a

grande força da natureza e a fertilidade, “Vênus” ou a “Deusa mãe” (natureza) numa tentativa de agradar a deusa e ter seus benefícios como adoradores.

**Figura I – Vênus Deusa mãe**



**Fonte: Página do Google<sup>1</sup>**

Naquela época além de mostrarem a criatividade para o desenho, eles acreditavam que obtinham poder sobre os animais desenhados (MARCONI, 2007:86).

---

<sup>1</sup> (Imagens Vênus Deusa Mãe) (Em < [http://pt.wikipedia.org/wiki/Deusa\\_m%C3%A3e](http://pt.wikipedia.org/wiki/Deusa_m%C3%A3e)> Acesso em 10 de abril de 2013)

**Figura II– Pintura Rupestre**



**Fonte: Foto de Amanda Newlands [s/d] p. 2**

O homem teve suas primeiras percepções através do seu cotidiano, relacionando fenômenos individuais aos fenômenos naturais, ou seja, seus sentimentos como frio, fome, prazer e dor estavam diretamente ligados aos fenômenos da natureza, sobre os quais ele não tinha nenhum controle (NEWLANDS, [s/d] p.2).

Segundo Freud (1927), a religião é uma busca por informações da origem da vida e do universo, ela traz a garantia de proteção e felicidade, ela dirige os pensamentos e ações dos homens que sofrem ameaças do corpo, do mundo externo e de outros homens.

Como podemos perceber eles não tinham nenhum controle ou explicação sobre quaisquer coisas, mesmo aquelas mais simples como os fenômenos naturais e as mais complexas que deram origem a vida e ao universo, e daí que com um mínimo de reflexão, começaram a se questionar e então divinizar e adorar tudo que eles não conseguiam explicar, uma forma mais simples e fácil para dar sentido a toda aquela imensidão de acontecimentos inexplicáveis e de interagir com os “deuses criados”, para que não sofressem com suas manifestações e conseguissem também proteção contra o perigo do desconhecido, que por ora era o maior medo.

A lua, estrelas, rios, estações no ano, aurora, raio, trovão, chuva e o sol foram às primeiras manifestações divinizadas e simbolizadas (os megálitos – culto ao sol), o sol, por exemplo, não aparecia com frequência e quando aparecia trazia conforto, calor e luz, acabava com a escuridão, isso explica o por que as civilizações mais antigas tinham uma estrita relação entre o sol e os deuses, eles acabaram por tornar o sol um deus assim como os demais descritos acima, o que podemos concluir que eles primeiramente era politeístas e posteriormente foram unificando os deuses, na tentativa de tornar a sociedade monoteísta. Ex.:

**Figura III - Rá - Deus Sol**



Fonte: Página do Google<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> (Imagens MEGA RÁ O Deus Sol) (Em < <http://www.mega-ra.com.br/> Acesso em 10 de abril de 2013)



**Figura IV – Apolo, deus sol grego**



**Fonte: Foto de Amanda Newlands [s/d] p.2**

**Figura V- Hórus, deus sol**



**Fonte: Foto de Amanda Newlands [s/d] p.3**

Com o passar do tempo as pessoas iam se identificando e criando seus grupos e suas ideias a cerca de tudo que os rodeavam, e como não tinham meios de comunicações, as civilizações iam ficando restritas àqueles mais próximos, cada grupo com seus deuses e sua cultura.

Segundo Taylor (1832-1917) no vocábulo inglês *Culture* “é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (*Apud* LARAIA, 1986:25).

Desse modo as culturas foram se originando, transformando e criando deuses e por consequência, crenças diversas, mas que pretendiam explicar os mesmos símbolos. Por isso hoje em dia podemos explicar a quantidade de religiões que existem e de culturas diferentes que se formaram, não havia trocas de informações entre uma sociedade e outra e assim houve uma limitação na influência dos fatores culturais e nas relações humanas, tornando cada povo dono de uma cultura.

Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismo, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, aparecem a um povo sólidas, canônicas, obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua effigie e agora só

entram em consideração como metal, não mais como moedas (NIETZSCHE, 1978:49).

Podemos perceber que a religião surgiu na sociedade na época dos nossos primórdios, na Antiguidade, para dar explicação às causas, as coisas, aos fenômenos da natureza, perigos e medos, para buscar conforto e segurança e foi se adaptando com as transformações e evoluções das sociedades. Segundo Hume (2005):

[...] as primeiras idéias [sic] de religião nasceram de uma preocupação em relação aos acontecimentos da vida, e da incessante esperança e medo que influencia o espírito humano. [...] Agitados por esperanças e medos dessa natureza, e sobretudo pelos últimos, os homens examinam com uma trêmula curiosidade os curso das causas futuras, e analisam os diversos e contraditórios acontecimentos da vida humana. E nesse cenário desordenado, com os olhos ainda mais desordenados e maravilhados, eles vêem [sic] os primeiros sinais obscuros da divindade (BARRETO *apud* HUME, 2005:31-33).

Na verdade as religiões surgiram como uma busca pelas perguntas sem respostas, àquilo que o homem não conseguiu explicar ou entender ele o justificou em forma divina. E com o passar do tempo às lendas e mitos foram tidas como verdades que são passadas em forma de cultura, de símbolos, que são pregados e introduzidos nas civilizações e ganham força à medida que são passadas de gerações a gerações, assim é com a religião que ganhou força e hoje é uma mistificação de símbolos e credences que se apoderou de todas as civilizações do mundo.

Todo comportamento humano se origina no uso de símbolos. Foi o símbolo que transformou nossos ancestrais antropóides em homens e fê-los humanos. Todas as civilizações se espalharam e perpetuaram somente pelo uso de símbolos [...]. Toda cultura depende de símbolos [...] (WHITE *apud* LARAIA p. 55).

Percebemos então que as culturas foram formadas através dos símbolos e os símbolos eram semelhantes, pois surgiu em sua maioria para representar a natureza, o que era comum a todos. A esse fato é que alguns historiadores acreditam que a natureza foi à primeira forma de adoração dos nossos ancestrais, na tentativa de explicar seus fenômenos, seja eles bons ou ruins.

As produções simbólicas são simultaneamente produções sociais que sempre decorrem de práticas sociais. Não devem ser estudadas em si, mas enquanto *representações* do social. Este último termo, consagrado por Durkheim, vai exercer um papel considerável, particularmente na constituição de uma antropologia social da religião. Quando se diz nessa perspectiva que a religião (da mesma forma que a arte ou a magia) é uma “representação”, sublinha-se que não se deve atribuir-lhe

nenhuma existência autônoma, pois está vinculada a uma outra coisa capaz de explicá-la [...] (LAPLANTE, 1943:116).

Ou seja, o homem criou deus e suas crenças para lidar melhor com as dificuldades e com o medo do imprevisto, acreditando que assim poderia se precaver contra as frustrações do dia a dia e estabelecer controle sobre as relações. E isso acabou tornando-se parte da cultura de toda a humanidade.

“A religião é um aspecto universal da cultura” [...]. (MARCONI, 2007, p.151) A religião nada mais é que um mito criado para equilibrar o homem diante de seus medos, e essa criação se não foi a mais avassaladora, foi a que mais se apoderou da sociedade em geral, acredito que se o homem tivesse o conhecimento que temos hoje sobre a natureza e os astros, possivelmente não teria tomado este rumo, e talvez hoje as crenças fossem outras, ou melhor nem possuiríamos alguma crença. E como Freud diz [...] são ilusões, são realizações dos desejos mais antigos, mais fortes e mais prementes da humanidade [...] (FREUD, 2010:83). Tudo que a humanidade temia e desejava ela transformou no decorrer dos anos em ritos, crenças, e deu-se o nome de religião.

### **1.3 Religiões no Brasil**

Falar de religião no Brasil é um tema complexo, já que possui uma diversidade enorme de religiões, culturas e etnias devido ao processo de miscigenação que aconteceu no nosso país e a grande mobilidade que há entre uma religião e outra. O catolicismo, por exemplo, é uma herança dos portugueses advindos ao Brasil na época da colonização, assim como da África com os negros escravos vieram às religiões afro-brasileiras, e é na metade do século XIX que começa a ser pregado no Brasil o espiritismo, e finalmente o protestantismo que é aliado ao cristianismo, mas com outras vertentes, vem ganhando muitos adeptos nos últimos anos.

A história do início da religião no Brasil se dá a partir de 1.530 com a colonização, o sistema de capitanias hereditárias e a monocultura da cana-de-açúcar. O Brasil anteriormente era ocupado apenas pelos índios, até que Portugal interessado na exportação do pau-brasil e da cana-de-açúcar manda as expedições exploratórias com os colonos e suas famílias, e posteriormente os negros africanos, afim de que eles pudessem trabalhar como mão de obra escrava nos engenhos. Como era uma economia agrícola, onde os lucros ficavam com os comerciantes na metrópole europeia, a educação não era prioridade, já que agricultura não

exigia formação nas funções agrícolas. E mesmo nesse contexto, Portugal mandou religiosos para o Brasil com a finalidade dentre outras de converter os índios e que os colonos não desviassem sua fé católica e é claro a igreja é um importante instrumento político, sendo assim a atividade missionária facilitava a dominação metropolitana, já que vinha camuflada de instrumento da educação (ARANHA, 2006).

“No Brasil, segundo a historiografia tradicional, foram os jesuítas que, em maior número e atuação efetiva, obtiveram resultado mais significativo, porque se empenharam na atividade pedagógica [...]” (ARANHA, 2006:139). Ou seja, os jesuítas ensinavam as crianças a partir de suas leituras cristãs. O aprendizado que era para ser neutro serviria como forma de pregar sua crença e manifestar sua fé, fazendo desta forma com que o catolicismo fosse espalhado em todo o território brasileiro.

A primeira igreja católica foi fundada em 1549 por intermédio do primeiro governador Tomé de Sousa que trouxe consigo diversos jesuítas, entre eles Manuel da Nóbrega, responsáveis pela fundação na cidade do Salvador de uma escola de “ler e escrever”, que deu início as diversas missões e escolas elementares no Brasil. “Nesse período de 210 anos, os jesuítas promoveram maciçamente a catequese dos índios, a educação dos filhos dos colonos, a formação de novos sacerdotes e da elite intelectual, além do controle da fé e da moral dos habitantes da nova terra” (ARANHA, 2006:140).

**Figura V – Primeira missa realizada no Brasil (1500)**



**Fonte: Foto de Portal São Francisco<sup>3</sup>**

Os jesuítas também tentaram conquistar os chefes das tribos – os pajés - e não tiveram sucesso, então mudaram o foco para as crianças – os curumins e os filhos dos colonos - que acreditavam ser como uma “folha em branco” (Idem, p.141), onde se podia influenciar com maior agilidade e facilidade. Usavam de todos os recursos para prender a atenção dos pequeninos: danças, teatro, música, poesia e iam dessa forma impregnando a moral e fé cristã no Brasil.

Pela atuação constante até o século XVIII, não só entre os nativos, mas sobretudo na sociedade colonial, podemos dizer que os jesuítas imprimiram de modo marcante o ideário católico na concepção de mundo dos brasileiros e consequentemente introduziram a tradição religiosa do ensino que perdurou até a República (Idem, p.144).

Mas onde fica a religião dos índios que antes mesmo dos portugueses já estavam no Brasil com suas práticas culturais e religiosas? É muito complicado definir uma religião aos índios já que são vários esses povos e que viveram em diferentes lugares e com diversas culturas. É fato que sofreram muito com a influência dos portugueses no Brasil e por certo se perdeu muito de sua identidade. “No entanto, não podemos deixar de ressaltar os elementos xamânicos, como a crença em um Ser Superior, de caráter celeste, em espíritos também

---

<sup>3</sup> (A Primeira Missão) (Em < <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/dia-da-primeira-missa/dia-da-primeira-missa.php>>. Acesso: 10 de Abril de 2013)

celestes, que intervêm na vida dos homens e nas atividades do pajé, lembrando de perto as atividades do xamã siberiano.<sup>4</sup>

Os índios não realizavam cultos e nem tinham uma figura divina, acreditavam em rituais de pesca, caça e de guerra e em um “Ser Superior”, entende-se por vez que eles eram um povo monoteísta e que até a chegada dos portugueses não havia de fato uma divindade cultuada no Brasil, apenas rituais socioeconômicos, já que seus rituais eram com propósitos de sobrevivência.

Já os negros africanos quando foram tragos para o Brasil para realizarem mão de obra escrava trouxeram também a sua religião, o candomblé.

O batucajé, o calundu e o batuque são apenas alguns dos nomes que designavam as manifestações religiosas trazidas pelos negros e realizadas em diversas senzalas espalhadas pelas grandes fazendas do território. De forma muito diversa, a religiosidade africana se manifestava em cantos, danças, instrumentos percussivos, curas, magias e adivinhações.<sup>5</sup>

Essa religião foi bastante reprimida pelos colonos portugueses que diziam que era feitiçaria.

O candomblé - culto africano que se tornou afro-brasileiro - era encarado como bruxaria. Por isso era proibido e sua prática reprimida pelas autoridades policiais. Assim, os negros passaram a cultuar suas divindades e seguir seus costumes religiosos secretamente. Para disfarçar, identificavam seus deuses com os santos da religião católica. Por exemplo, quando rezavam em sua língua para Santa Bárbara, estavam cultuando Iansã. Quando se dirigiam a Nossa Senhora da Conceição, estavam falando com Iemanjá.<sup>6</sup>

Portanto, os escravos passaram a associar os orixás aos santos católicos, assim conseguiam camuflar a religião deles no catolicismo e enganar os jesuítas quanto a sua fé. É nesse contexto que surgem as primeiras religiões no Brasil, advinda pelos portugueses, negros e índios, e dentro desse processo não podemos deixar de citar a Umbanda que teve início no século XX, no Rio de Janeiro. Esta última é o sincretismo do catolicismo, candomblé e

---

<sup>4</sup> Transes extáticos, invocação e domínio dos espíritos (Em: < <http://www.mortesubita.org> >. Acesso: 21 de março de 2013.). <sup>4</sup>

<sup>5</sup> A origem dos terreiros de candomblé (Em:< <http://www.brasile scola.com/religiao/a-origem-dos-terreiros-candomble.htm>>. Acesso: 14 de abril de 2013)

<sup>6</sup>(Em:< <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/cultura-brasileira/candomble-e-umbanda-religioes-africanas-e-sincretismo-religioso.htm>>. Acesso 20 de abril de 2013

espiritismo, sendo a Umbanda mais brasileira e popular que o Candomblé. E tem também o espiritismo que teve sua chegada por volta de 1853 com as chamadas “mesas dançantes” que seria uma possibilidade de evocar espíritos pelas mesas (FERNANDES, 2008:82). E por fim o protestantismo que chegou ao Brasil por meio dos imigrantes alemães na primeira metade do século XIX.<sup>7</sup> E estas são as religiões das quais somos formados e é dessa mistura que chamamos de miscigenação entre culturas e etnias distintas. Por isso o brasileiro tem uma flexibilidade com os credos e crenças tão distintos que se interagem entre seus símbolos e fé, pois suas origens veem da integração de uma religião e outra. Hoje em dia é comum vermos pessoas que se dizem católicas e frequentarem festas e cultos evangélicos, já outras se dizem espíritas e estão sempre presentes em festas e adorações católicas. Não há uma religião unificada. As pessoas desde a chegada ao Brasil são acostumadas a estarem se adaptando as diversas religiões que temos aqui, sendo que uma e outra possuem símbolos e deuses muitas vezes iguais, mudando apenas nomenclatura. E não podemos deixar de relatar sobre o ateísmo que vem crescendo e anula toda forma de crença em seres superiores ou sobrenaturais

#### **1.4 Brasil, um país laico**

Primeiramente a definição de laico segundo o dicionário Língua Portuguesa (2011) “diz-se do que não pertence ao clero; que não sofre influência ou controle por parte da igreja”.

A laicidade de um Estado refere-se à vida em sociedade e está associado com a garantia dos direitos humanos, de igualdade entre eles, por isso sabe-se que acompanhou a evolução histórica dos direitos humanos.

No Brasil o processo de laicidade se deu em 1890 com o decreto 119-A que fazia a separação do Estado com a igreja, e só no ano seguinte foi que o Brasil de fato se tornou laico com “a primeira Constituição republicana que garantia a liberdade religiosa e de culto, a instituição do casamento civil e com a previsão do ensino leigo” (TORRES, 2009:31).

Para começar o primeiro princípio de laicidade seria a própria democracia em si, garantida na Constituição, fundado na soberania popular:

---

<sup>7</sup> (Em:< <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/protestantismo/protestantismo-1.php>>. Acesso 20 de abril de 2013

Art. 1º A **República Federativa** do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em **Estado democrático de Direito** [...] Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição (VICENTE, 1968:91-92).

Ou seja, um Estado democrático admite tantas às religiões como a ausência delas, como se refere o artigo acima. E garante a convivência entre elas de forma harmoniosa, não lhes impondo nenhuma regra. Como afirma (ROBERTO LOREA 2008 *apud* TORRES 2009:30) “o estado laico não é nem ateu nem religioso. Não deve perseguir nem promover a religiosidade.”

O art. 5.º, caput, e inciso I diz que a igualdade é à base da democracia, e determina que todos sejam tratados como iguais, não admitindo nenhuma forma de preconceito, racismo, discriminação, ou tratamento desigual por conta de sexo, idade, cor, grupo social, profissão, condição econômica, sendo assim todos devem ter tratamento igual. No inciso VI “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos [...]” (C.F, art. 5) garantindo a liberdade religiosa e lembrando que o Brasil é um Estado laico e não tem uma religião oficial, ou seja, o indivíduo pode ter uma crença e religião ou pode optar por ser ateu, sendo garantida sua liberdade de escolha como relata o inciso I do art. 19 diz que “está vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público”.

No entanto, encontramos na Constituição diversos trechos com caráter religioso como o próprio preâmbulo da C.F.:

Nós representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (C.F. 1988).



Essa questão passa despercebida, pois o preâmbulo “não constituir uma norma central, não ser de caráter jurídico e nem ser uma norma obrigatória aos estados, Distrito Federal e aos municípios” (ALEXANDRINO, 2011:34), mas que nos leva a pensar se o Brasil realmente é um país laico, onde não se deixa influenciar e nem deseja influenciar as pessoas com seus trechos controversos de sua Constituição.

No Art. 226. § 2º diz que “o casamento religioso tem efeito civil nos termos da lei”. O Estado tido como laico não deveria impor suas normas religiosas ou orientar neste sentido, pois estaria indo contra a sua imparcialidade, ele tem que ser neutro a qualquer forma religiosa e não religiosa.

Como desenvolvido anteriormente, a laicidade pressupõe que o Estado esteja legitimado na soberania popular em detrimento dos dogmas religiosos, bem como a garantia da igualdade e da liberdade entre os cidadãos que confessam diferentes crenças. A separação institucional entre Estado e Igreja é um dos elementos que possibilitam a observância dos elementos da laicidade (ZYLBERSZTAJN, 2012:41).

Percebemos que apesar do Brasil se declarar laico e ter a separação de Estado e Igreja, as suas políticas e leis seguem um fundamento religioso, inspirados em crenças e dogmas, não respeitando de fato aqueles indivíduos que não aderem a nenhum tipo de religião. A laicidade do Estado é a garantia da liberdade religiosa, onde todos os cidadãos podem professar sua fé livremente e suas organizações podem elaborar suas regras, desde que não violem os direitos fundamentais.

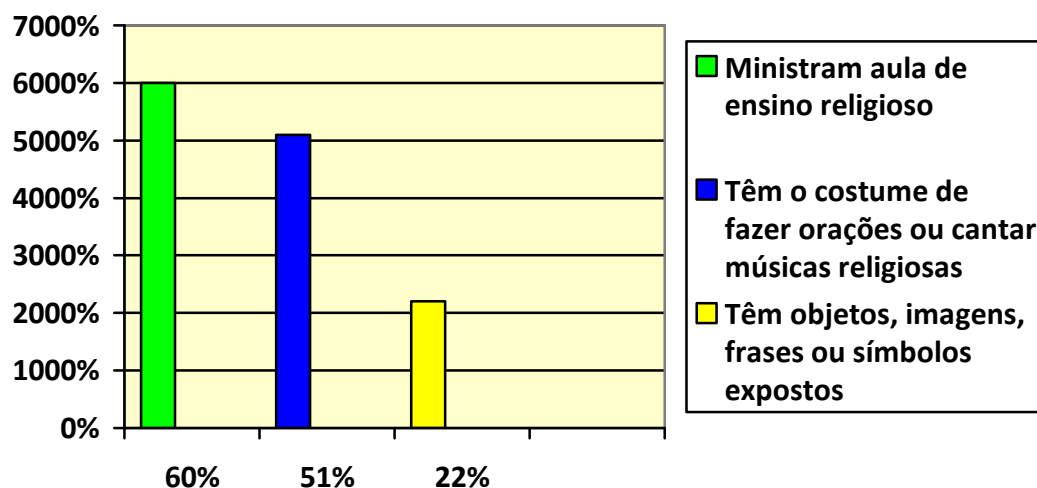
Mas estamos acelerando ao passo que estamos em outra sociedade com valores completamente diferentes daqueles de 50 ou 100 anos atrás. Inclusive aprovação do casamento civil entre homossexuais e a conversão da união estável em casamento por 14 votos a um pelo CNJ em 2013 é uma importante medida e conquista dos direitos de igualdade proclama na Constituição como vimos no artigo acima citado. A proposta foi apresentada pelo presidente do conselho e do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa.<sup>8</sup> Percebemos que a separação do Estado com a igreja é algo que vem caminhando aos poucos, e a igreja não pode influenciar com seus dogmas nas políticas do Estado, inclusive em nota o STF considerou inconstitucional a distinção do tratamento legal às uniões estáveis homoafetivas e o STJ julgou que não há obstáculos legais à celebração de casamento de pessoas do

---

<sup>8</sup> OLIVEIRA, M. Decisão do CNJ obriga cartórios a fazer casamento homossexual. G1 Política. Brasília, 14 de mai. de 2013.

mesmo sexo. O que nos mostra o avanço no sentido de separação da igreja com o Estado, pois a igreja não admite casamento de pessoas do mesmo sexo e isso foi reprimido durante séculos e só agora em 2013 é que essa proposta foi apresentada e aprovada, apesar do casamento religioso ainda ser tratado como direito civil como veremos mais abaixo.

### **Contrariando a laicidade do Estado, as escolas têm manifestações de crença**



Fonte Questionário diretor PROVA BRASIL 2011

## CAPÍTULO II – O ENSINO RELIGIOSO E A EDUCAÇÃO

### 2.1 O ensino religioso na escola

Segundo a Constituição Federal “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família” (Brasil, 1988). É dentro desse contexto que as políticas públicas devem atuar para que de fato haja uma educação para todos, pois tido como direito, requeremos a sua devida efetivação. E o ensino religioso como fica?

Na Constituição Federal diz no Art. 209 § 1º - “O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.” Este caráter facultativo não dispensa ao aluno ou ao responsável manifestar sua opção religiosa, ferindo assim o princípio constitucional de liberdade religiosa (LOREA 2008, *apud* TORRES: 42). Ou seja, para que o aluno ou pai manifeste a sua decisão de querer ou não o ensino religioso na grade escolar, há uma justificativa de seu credo, mas há também os casos de pais e alunos ateus, que não tem nenhuma religião e que deixa este artigo sem sentido, ou mesmo invasivo, tirando o seu direito de liberdade religiosa. Ao que parece é que essa questão é mais política do que realmente educacional. O Estado esta dando valor exacerbado à religião e acabando por ferir outros direitos garantidos ao cidadão.

Na LDB:

**Art. 33º.** O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

**I** - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou

**II** - interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa (Brasil, 1996).

Segundo Costa *apud* Torres (2008, 32), a garantia do ensino religioso nas escolas públicas representa uma medida eficiente para a consolidação do pluralismo religioso no país. Por outro lado, o ensino religioso nas escolas nos faz pensar sobre como trazer este ensino sem ferir a liberdade religiosa e o princípio de um Estado laico. Como atender então a um público com tanta diversidade religiosa sem ferir este ou aquele credo? Quais os parâmetros

que regulamentam esta disciplina de forma que a sociedade possa de fato ter seus interesses atendidos? E as escolas que tem hábitos religiosos, como por exemplo, rezar antes das aulas, desrespeitando a opção das famílias e professando, irregularmente fé no ambiente escolar?

Confessionalidade diz respeito a uma ou outra religião, enquanto interconfessionalidade diz respeito há várias religiões, que é o caso do Brasil. Neste caso então ministrar um ensino religioso que abranja todas essas religiões é uma questão muito complexa. A discussão entre confessionalismo e interconfessionalismo tem descolado a discussão do que é realmente importante de se pensar que é a pertinência do ensino religioso nas escolas públicas frente à própria laicidade do estado (TORRES *apud* CUNHA, 2006: 37).

Por um lado o Estado traz o ensino religioso em sua jurisdição como uma forma de mostrar-se como um estado laico que defende e garante a liberdade religiosa, mas por outro, não o regulamenta, não o define, não traz regras e delimita como este ensino deve ser levado aos alunos, fora que é a única disciplina que não se submete a orientação do Ministério da Educação (MEC), e os critérios para a contratação dos professores fica a cargo dos sistemas de ensino, o que nos mostra a sua dificuldade frente a este assunto e sua complexidade (TORRES, 2009: 46-49).

Para as outras disciplinas há nos Parâmetros Curriculares Nacionais toda uma recomendação com seus estatutos e regras a serem seguidos pelos professores para ministrar as aulas, além de uma fiscalização das informações passadas, para que dessa forma ocorra uma uniformidade do ensino a todo o país, que não é o caso do ensino religioso que também é tida como área de conhecimento (Brasil, 1998).

Ao colocar o ensino religioso como disciplina integrante do currículo escolar e não o fiscalizar ou regulamentar como campo de ensino, ele se torna dessa forma regulamentado por diversos critérios em nosso país e dessa forma não abrange a diversidade religiosa e fere os direitos e garantias do cidadão.

É importante discutir essa problemática do ensino religioso dentro da sala de aula como integrante da grade horária e no meio educacional, para que como professores possamos trabalhar esta questão sem ferir crença e respeitar a laicidade da escola; abrangendo toda diversidade cultural e étnica da mesma forma e possibilitando aos alunos que se apropriem das mudanças e contradições que os cercam, para que tenham uma mente crítica capaz de escolher o que seguir e se de fato querem seguir alguma ordem religiosa. Faz-se necessário

que o crucifixo na parede, as comemorações religiosas, rezas antes das merendas e das aulas, santos em altares ou mesmo textos bíblicos no contexto escolar sejam retirados do nosso meio acadêmico, respeitando os direitos dos alunos, sem tentar impor qualquer ato que esteja ligado ao religioso. E é dentro desta perspectiva que criamos novos desafios, sendo o maior deles, convivermos juntos com todas as diferenças.

## **2.2 As crianças e a Religião x Ensino Religioso**

É importante salientar que os trabalhos científicos que abordam a religião e a criança são poucos. E falar sobre religião com crianças é um tema complexo diante do fato delas ainda não terem um pensamento formado, nem uma opinião crítica sobre este assunto. Segundo Goldman (1964) a religião nessa fase da vida é uma herança hereditária, uma reprodução dos comportamentos adultos, pois o instinto religioso individual geralmente seria original por volta dos doze ou treze anos de idade. Segundo Piaget (1994 *apud* Santos 2013,22), as regras morais que a criança aprende a respeitar são transmitidas pela maioria dos adultos, ela as recebe já elaboradas e quase nunca elaboradas na medida das necessidades e interesse da criança, mas recebem de uma vez só através das gerações anteriores. Essa simples questão levanta uma série de outras questões mais profundas e importantes sobre o real objetivo da educação religiosa ou sobre qualquer forma de religião nessa fase de crescimento e desenvolvimento da criança e as conseqüências destes para o desenvolvimento psicológico da mesma.

A criança sozinha não se faz religiosa. Ela se constitui através dos pais ou responsáveis por ela. Ela se veste bem para ir às igrejas, ela tem que estar limpa e obedecer a horários e conseqüentemente torna-se uma prática sem conhecimento do que está por detrás do que é realmente uma religião, mas admitindo-a como uma tarefa importante, tornando essa prática comum e aceitável até determinada idade ou até a morte. E vice-versa, a criança que cresce em um lar que não tem religião, também não terá uma até que tenha uma idade onde seus pensamentos estão formados e possa se orientar e escolher uma religião.

Em uma pesquisa realizada por Pires *apud* Santos (2000:150) com crianças de três aos treze anos de idade, notou-se que as crianças interligavam e conceituavam a religião aos templos de suas igrejas e não há um credo específico e também não faziam a distinção de religiões, mas, quando era a elas colocadas outra religião, só mostraram repúdio aquelas

crianças que passavam dos nove anos de idade, deixavam claro também a proibição de seus pais e na maioria das vezes elas nem sabiam o porquê. Segundo Lawrence Kohlberg (1958a) que é responsável por elaborar uma teoria do desenvolvimento do juízo moral numa pesquisa com crianças e jovens nos Estados Unidos onde ele trabalhou com seis estágios de desenvolvimento obtidos através do resultado desta pesquisa.

<b>NÍVEIS E ESTÁGIOS DE DESENVOLVIMENTO MORAL, SEGUNDO KOHLBERG, 1969</b>
<b>NÍVEL I – Pré convencional</b> O valor moral localiza-se nos acontecimentos externos, "quase" físicos, em atos maus ou em necessidades "quase" físicas, mais do que em pessoas ou padrões.
Estágio 1 - orientação para a obediência e castigo. Deferência egocêntrica, sem questionamento, para o poder ou prestígio superior ou tendência para evitar aborrecimentos.
Estágio 2 - orientação ingenuamente egoísta. A ação correta é a que satisfaz instrumentalmente às próprias necessidades e, eventualmente, às de outrem. Consciência do relativismo do valor relativo das necessidades e perspectivas de cada um. Igualitarismo ingênuo e orientação para troca e reciprocidade.
<b>NÍVEL II – Convencional</b> O valor moral localiza-se no desempenho correto de papéis, na manutenção da ordem convencional e em atender às expectativas dos outros.
Estágio 3 - orientação do bom menino e boa menina. Orientação para obtenção de aprovação e para agradar aos outros. Conformidade com imagens estereotipadas ou papéis naturais e julgamento em função de intenções.
Estágio 4 - orientação de manutenção da autoridade e ordem social. Orientação para cumprir o dever e demonstrar respeito para com a autoridade e para a manutenção da ordem social como um fim em si mesmo. Consideração pelas expectativas merecidas dos outros.
<b>NÍVEL III - Pós-convencional, autônomo ou nível de princípios</b> O valor moral localiza-se na conformidade para consigo mesmo, com padrões, direitos e deveres que são ou podem ser compartilhados.

Estágio 5 - orientação contratual legalista. Reconhecimento de um elemento ou ponto de partida arbitrário nas regras, no interesse do acordo. O dever é definido em termos de contrato ou de evitar, de forma geral, a violação dos direitos dos outros e da vontade e bem-estar da maioria.

Estágio 6 - orientação de consciência ou princípios. Orientação não apenas para regras sociais realmente prescritas, mas para princípios de escolha que envolvem apelo à universalidade lógica e consistência. Orientação para consciência, como agente dirigente, e segundo respeito e confiança mútua.

Fonte: Fini (1991) Desenvolvimento Moral: de Piaget a Kohlberg. UNICAMP Departamento de Psicologia da Faculdade de Educação. Florianópolis, 1991.

Estágio 01. É o estágio que nos cabe, estendem-se dos cinco aos oito anos de idade e nele, as crianças ainda não distinguem as características físicas, das morais ou psicológicas e por isso, o dano físico é o motivo que as leva a agir. As crianças obedecem às regras por medo de serem castigadas no caso de não o fazerem. Com isso, o dever está ligado à coerção física exercida pela autoridade (BICUDO, 1982; PUIG, 1998, *apud* SANTOS 2013).

Percebemos que a religião para as crianças nesta idade não é vista como os adultos vêem, para elas muitas vezes é apenas um passeio no qual as pessoas vão arrumadas e que seus pais têm certo zelo. A criança não tem noção do que está por traz de todos aqueles rituais que são pregados, mas com o tempo elas ficarão certas de que aquilo é o correto a seguir pelo simples fato de seus pais as terem levado.

Para as crianças mais novas, o comportamento ritual não representa nada, é simplesmente uma outra faceta da existência material das crianças, que faz parte da maneira como o mundo é, e elas não pretendem questionar o seu significado de forma implícita por meio de análises simbólicas. Isso não quer dizer que as crianças não formem associações específicas com respeito a certas práticas. Eles o fazem, mas não é até por volta de nove anos de idade que entendem explicitamente que o significado dessas práticas vai além do simples fazer (PIRES *apud* TOREN 2002:119- 20, tradução livre).

Dessa forma, a prática de ir à igreja quando criança se torna na vida adulta um sentimento de pertencimento religioso, na maioria das vezes inquestionável.

Mas é fato que somos seres sociais e como tais vivemos em uma sociedade onde sofremos influências de todos os meios e a escola é um dos principais, pois é o segundo lugar onde a criança sofre influência mais específica depois da família. A vida humana é uma vida

social na qual a decisão moral é tomada sempre por “um sujeito individual junto a outros sujeitos.” A maneira como uma pessoa decide seguir sua vida é pessoal e social (PUIG, 1998:27 *apud* SANTOS 2013, 20). É dentro desta questão que pergunto até onde o professor pode influenciar nas orientações passadas às crianças? E essas orientações são importantes ou não fazem parte do contexto escolar? É o que veremos a seguir.

### **2.3 Ações do professor em sala de aula**

O artigo XVIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos explicita:

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular (ONU, 1948).

Se todos nós temos o direito de liberdade de pensamento, fica claro que manifestar qualquer doutrinação em idade que a pessoa não tenha um pensamento formado ou consciência do que está sendo imposto estará violando e indo contra esse direito de liberdade, como é o caso das crianças da educação infantil, ou seja, estaremos impondo isso a elas, sem o direito de escolha. Vejamos também o artigo XXX que complementa o artigo XVIII: “Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos” (ONU, 1948). Fica claro que para que os pais, tutores, professores e líderes religiosos preguem e ensinem suas doutrinas e crenças sem ferir a DUDH o indivíduo precisa ter atingido certa idade onde seus pensamentos e capacidades crítica possam julgar e escolher se é isso que eles querem para suas vidas.

Segundo Puig (1998 *apud* Santos 2013:24) Piaget considera três níveis de desenvolvimento moral: o pré-moral, heteronômico e o autônomo. O pré-moral é aquele que não existe sentido nas obrigações e nem respeito às regras. O heteronômico é aquele que Kohlberg (1963) define como obediência às regras com imposição de uma autoridade. E por último e não menos importante o autônomo aquele onde o indivíduo respeita as regras em meio às relações recíprocas. E é no meio da heteronômia e da autônoma que segundo Piaget (1994 *apud* SANTOS 2013:25) existe uma interiorização e generalização das regras e essa “fase intermediária é quando a criança não obedece somente às ordens dos adultos, mas passa



a obedecer a regra em si própria”. A autonomia moral aparece quando a consciência considera como necessário um ideal, independente de qualquer intervenção exterior. Seguindo a linha de pensamento de Piaget (1996), é nessa fase que o professor deveria ou poderia realmente discutir sobre religião e ter uma postura crítica com os alunos, sem ferir os direitos e deveres que consta na DUDH, na própria constituição e na LDB. Quando os indivíduos também assumem uma visão mais aprofundada do mundo, do meio social em que estão inseridos, de sua cultura e por consequência da educação e religião. A escola é um espaço público e como tal deve preparar seus professores para receberem todos os alunos independentemente de suas religiões, respeitando o ser como indivíduo dotado de suas peculiaridades e cultura. É comum escutarmos que a religião inibe a violência, mas é sabido que as maiores guerras que ocorrem até hoje no mundo são por causa de conflitos religiosos. Na escola o professor precisa estar ciente que a violência deve ser evitada e combatida com práticas de ensino de respeito e de tolerância às pessoas e a diversidade.

## **CAPÍTULO III – ESTUDO DE CASO NA ESCOLA**

### **3.1 Técnicas da pesquisa**

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi usado o método quanti-qualitativo onde houve uma entrevista de caráter livre, onde os entrevistados poderiam pensar livremente e depois uma mensuração destes dados para compreender como se dá o ato religioso na escola. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se um questionário com o objetivo de fazer o entrevistado pensar livremente sobre as questões apresentadas. “Na abordagem quantitativa busco a mensuração de opiniões, reações, hábitos e atitudes em um universo, por meio de uma amostra que o represente estatisticamente” (TERENCE; FILHO, 2006). Já com o qualitativo procurei identificar e explorar os significados dos fenômenos estudados e as interações que estabelecem, assim possibilitando estimular o desenvolvimento de novas compreensões sobre a variedade e a profundidade dos fenômenos sociais (TERENCE *apud* BARTUNEK; SEO, 2002).

### **3.2 Participantes**

A pesquisa foi realizada em duas escolas públicas de Brasília, mais especificadamente na região administrativa de Planaltina, na Escola Classe 13 de Planaltina e na Escola Classe 10, onde participaram nove (9) professores da educação infantil, sendo todas mulheres com idade mínima 24 anos, média 32 e máxima 40. Dessas todas têm magistério e algumas poucas com alguma licenciatura e já lecionam há mais de quatro anos.

### **3.3 Procedimentos para coleta de dados**

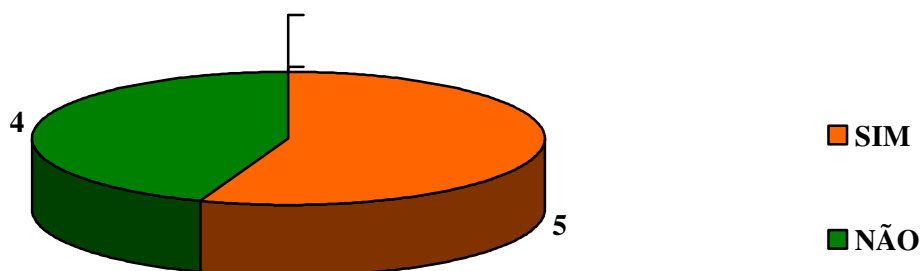
Os diretores das duas escolas foram primeiramente abordados e explicado quanto à necessidade e objetivo da pesquisa. Logo em seguida os professores foram abordados e a eles solicitados que respondessem ao questionário de entrevista e que poderia ser no horário inverso a aula e possível coordenação, como de fato ocorreu. Lembrando que foi solicitado que cinco professores de cada escola respondessem ao roteiro por escrito, mas que na Escola Classe 13 apenas quatro responderam com a justificativa de que estariam muito ocupados com a coordenação.

### **3.4 Questionários para professores**

Questionário composto por seis perguntas abertas e fechadas com o intuito de interpretar e analisar todas as respostas com uma visão mais aprofundada e buscar também a congruência entre os resultados e a temática religião.

## CAPÍTULO IV – RESULTADOS

- Em sua opinião o Ensino religioso deve fazer parte do currículo escolar:



Essa questão do Ensino religioso inserido na grade escolar ficou dividida pelos professores. Aqueles que acreditam que esse ensino deve fazer parte do currículo justificam suas respostas com falas de valores sociais colocados através da religião, ou de Deus, sem se dar conta que valores independem de credo, ou manifestação religiosa, e sim é adquirido pelas experiências e ensinamentos da família e sociedade. E dessa forma eles acabam colocando para as crianças que os valores serão construídos em conjunto com a religião, o que não tem sentido algum, pois os valores são construídos através da família, dos amigos e das experiências pessoais de cada indivíduo e não em uma ou outra religião. Vejamos algumas falas:

*Professor 6 - “Ajuda a ensinar valores e princípios.”*

*Professor 7 - “Para que se trabalhe a valorização de um ser criado por Deus”*

*Professor 8 - “Por auxiliar na construção de valores.”*

Dessa forma os professores vão de encontro aos direitos e garantias que estão garantidos e estabelecidos na Constituição e na DUDH.

Em uma entrevista dada a revista Nova Escola Gestão Escolar, a professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) Roseli Fischmann<sup>9</sup>, questionada sobre essa irregularidade disse:

[...] o ensino religioso só deve existir se houver um requerimento dos pais solicitando-o. Caso contrário, não pode nem estar na grade. E, para que os filhos sejam matriculados na disciplina, é preciso que a família dê uma autorização por escrito. Os alunos não podem, em hipótese alguma, ser obrigados a frequentar essas aulas. As horas dedicadas à religião não devem ser computadas no histórico escolar para que os não-matriculados não tenham registrada uma carga horária menor do que os outros. O ideal é que o ensino religioso, quando houver, seja oferecido no contraturno. Nesse caso, cabe à escola disponibilizar outra atividade não religiosa no mesmo horário para configurar o caráter facultativo e a igualdade entre todos os alunos.<sup>10</sup>

Indo contra a maioria dos professores entrevistados que de uma forma ou de outra levam a religião e seus ensinamentos para sala de aula sem a devida autorização dos pais e da nossa constituição.

Já aqueles que dizem não há este ensino afirmam com tais justificativas:

*Professor 1 - “Não. Porque esse ensino cabe à família, pois cada família possui o seu credo, cada um acredita no que acha melhor para a sua vida.”*

*Professor 3 - “Não. Porque como o estado é laico não cabe à escola o ensino de religião. Essa deve ser uma tarefa da família.”*

*Professor 5 - “Não. Na minha opinião o que deve ser trabalhado nas escolas são os valores morais.”*

Percebemos que mesmo tendo professores que acreditam que os valores morais são adquiridos com a religião, existe ainda aqueles que não. A religião não precisa estar inserida no contexto escolar, pois é uma escolha da pessoa como ser social livre, mesmo que muitas vezes a criança seja inserida na religião por influências dos pais, o que é outro assunto, não

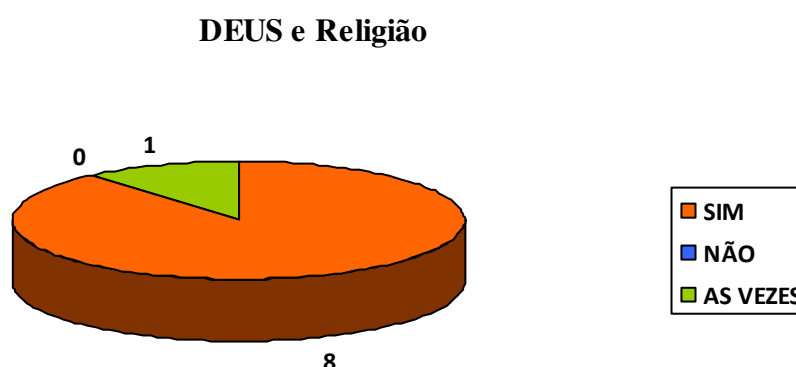
---

<sup>9</sup> Perita da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para a Coalizão de Cidades contra o Racismo e a Discriminação, responsável pelo capítulo sobre pluralidade cultural dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), coordenadora do grupo de pesquisa Discriminação, Preconceito e Estigma, vinculado à USP, e do Núcleo de Educação em Direitos Humanos, da Universidade Metodista e autora do livro Ensino Religioso em Escolas Públicas: Impactos sobre o Estado Laico.

<sup>10</sup> (Roseli Fischmann, Escola pública não é lugar de Religião) (Em: < <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/legislacao/acordo-ensino-religioso-504521.shtml>>. Acesso 30 de maio de 2013.)

cabe à escola influenciar de forma alguma neste sentido como estabelece a DUDH: “Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular (ONU, 1948)”.

**- Você fala sobre “Deus” e religião dentro da sala de aula com seus alunos:**



Outra questão polêmica com quase maioria absoluta de respostas sim, falar sobre Deus ou religião com os alunos é banir sua liberdade religiosa, ou a falta dela. Estamos hoje vivendo em um país com uma diversidade religiosa enorme, sem falar que o número de ateus no Brasil segundo dados do Censo Demográfico 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de 8% da população brasileira não sendo este um número expressivo, mas que de qualquer forma precisa se respeitado, ou seja, fica completamente inviável falar sobre Deus seja ele qual for, ou religião para as crianças ou dentro da sala de aula. Os professores ainda colocam em suas falas que não falam sobre religião dentro de sala, mas sobre “Deus”, deixando clara a falta de respeito ao cenário educacional brasileiro quanto a sua laicidade:

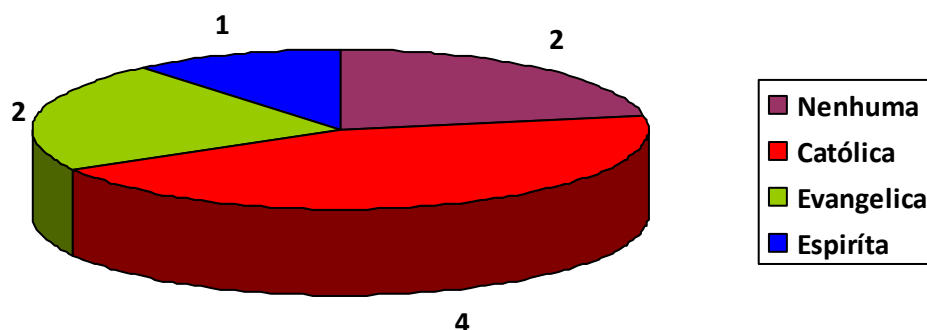
*Professor 1- “Falo sobre Deus, do amor Dele por nós. Mas não falo de religião.”*

*Professor 2- “Sobre Deus sim. Sobre religião não.”*

*Professor 7- “Sempre sobre Deus, mas ressaltando que precisamos de uma religião.”*

Vivemos em uma sociedade completamente deturpada, onde os próprios educadores violam os direitos das pessoas, com falácias de cunho pessoal como percebemos nas respostas as entrevistas. São necessários que haja nas escolas públicas políticas públicas que ensinem, explanem aos professores o que é religião e o direito de não tê-la nas escolas. Os pais precisam estar cientes de que estão ensinando aos seus filhos e confundindo as suas cabeças com ensinamentos não fundamentados e completamente despreparados. Os professores precisam saber que religião é uma escolha e Deus também o é. As crianças não estão na escola para aprender sobre isso, mas sim para tornarem-se pessoas críticas, reflexivas e que saibam respeitar a individualidade e diversidade dos outros. Ensinar ou falar de Deus e religião para as crianças viola seus direitos. Nem todos nós acreditamos no amor dele ou fazemos dele um ser especial. Religião não é para ser tratado com crianças e nem essa escolha é feita aos 7, 8 ou 9 anos de idade. Essa atitude ameaça a liberdade de credo e espera-se que os educadores sigam buscando ensinar o que realmente interessa a construção do ser social.

**- Qual é a sua religião:**



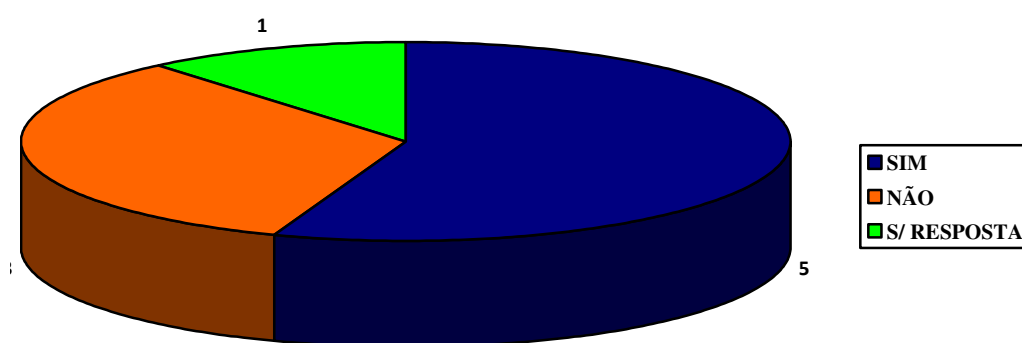
Questionados sobre sua religião, o resultado que obtive foi ao encontro dos dados acima citados, mostrando o quanto o Brasil apresenta diversidade religiosa. Dados do IBGE 2010 revelam que 64,6% da população se declara católica, 22,2% evangélica, 2% espírita, 3% praticante de religiões afro descendentes, seguidos de 8% de ateus como vimos anteriormente. É sabido também que a população católica tem perdido seus fiéis para outras denominações, principalmente a evangélica e aqueles que se declaram sem religião.

"Não existe uma inversão da sociedade católica para a protestante. O que se vê é um processo mais agudo de diversificação. O brasileiro não tem mais

constrangimento de dizer que não é católico. A diversificação da sociedade, a modernização e o acesso a novas tecnologias fazem com que as pessoas tenham mais liberdade para dizer 'sou sem religião'. Mas essa afirmação de identidade tem caráter muito fluido. A religião passa a ser um aspecto da vida social, onde é permitido experimentar. Com isso, católicos e protestantes tradicionais ficam mais vulneráveis", diz a professora e pesquisadora da religião Sílvia Fernandes, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).<sup>11</sup>

Esses dados nos revelam o quanto à diversidade e o sincretismo religioso fazem parte de nossa população e falar de religião dentro da sala de aula se torna um objeto difícil, pois é preciso abordar todas para que haja de fato democracia e abordar de forma que não invada a particularidade das pessoas e elas não se sintam constrangidas ou mesmo para que não aja preconceito para com aquelas pessoas que não admitem nenhum credo. E como diz no Artigo 33º na LDB em “caráter interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa”.

**- Costuma trazer-la para sala de aula:**



Essa pergunta foi feita em conjunto com a anterior sobre a opção religiosa do professor e se costumava trazê-la para sala e de que forma. Somente três professores disseram que não e cinco disseram que sim, com prerrogativas de estarem trazendo os valores delas e não as doutrinas, como se os valores da religião que pratica tivessem algum valor para as crianças, ou se seus pais estariam cientes de tais mediações no ambiente educativo,

<sup>11</sup> (Em <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,igreja-catolica-tem-queda-recorde-e-perde-465-fieis-por-dia-em-uma-decada-,893778,0.htm>>. Acesso 30 de maio de 2013).



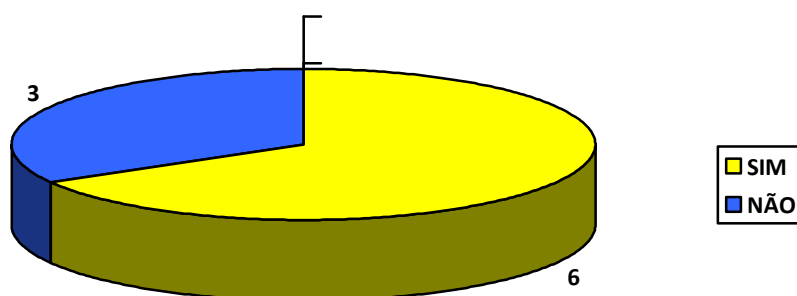
colocando muitas vezes a criança em conflito com os valores doutrinários que ela aprende dentro de casa, comprometendo dessa forma a aprendizagem da criança. Abaixo algumas justificativas dadas pelos professores:

*Professor 2- “Sim; falando de como Ele nos amou, nos ama; como Ele cuida de cada um de nós.”*

*Professor 7- “Talvez os valores, mas nunca a doutrina.”*

*Professor 8- “A religião não, mas sempre falo de Deus.”*

**- Você acha que as crianças das séries iniciais têm pensamento cognitivo para aprender sobre religião:**



Aqui de fato nos deparamos com tamanha falta de informação dos professores das séries iniciais, levando-nos a pensar sobre a formação desses docentes, apesar de que a grande maioria dos profissionais da educação que já lecionam a mais de dez anos possui apenas o magistério e não o curso superior. Estes que estão preparando as crianças para viverem em sociedade. De nove professores apenas três disseram que não e seis disseram que sim com justificativas sem fundamento, mostrando o quanto são leigos em relação a essa temática, muitas vezes levando esse conhecimento para o pessoal/individual, sem se preocuparem de fato com a criança em si. Segundo Kohlber (1958) a criança na fase de 5 a 8 anos de idade não tem ainda um desenvolvimento moral e psicológico pronto, elas obedecem às regras por mero medo do castigo ou da autoridade, então não há possibilidades de pensarem criticamente acerca da religião e de deus. Os professores que assim o fazem estão atropelando suas fases

com assuntos desnecessários e muitas vezes confundindo suas cabeças. A criança que vai a igreja, vai por imposição de sua família, por que é um costume, ela não tem noção nessa idade do que tem por detrás de todos os rituais e pregações que são feitas. Ela não sabe a diferença de uma religião e outra a não ser por falas de seus pais. Então não há fundamento para que os professores digam que a criança tem pensamento cognitivo para entender o complexo religioso que os cerca e só vão entender por volta dos onze anos de idade aproximadamente.

Resposta dos professores:

*Professor 7- “Sim. Pois a religião nada mais é do que a aceitação de que temos um Deus que nos criou e nos mantém vivos.”*

Onde é que está escrito que foi deus que nos criou senão na bíblia sagrada, instrumento religioso das igrejas cristãs? Como um professor aborda isso dentro de sala com as crianças? Este ensinamento é completamente desapropriado dentro de uma instituição de ensino científico.

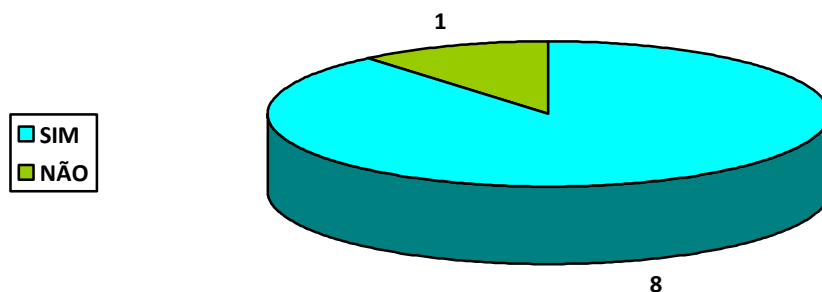
*Professor 8- “Sim. Não acho que devemos falar em religião, sim em Deus e apresentá-lo como pai, criador amigo.”*

Mais uma fala que traz deus como criador e agora como pai.

*Professor 7- “Sim. Primeiro você não falará sobre nenhuma denominação, mas sim, sobre a grandeza do Criador de todas as coisas existentes: Sol, lua, estrelas, árvores, animais...”*

Nessa fala me pergunto onde fica o ensino de ciências, que aborda como nascem as árvores, como os animais se reproduzem e como de fato o planeta Terra passou a existir? Vejo o quanto os professores estão confundindo a cabeça das crianças com ensinamentos religiosos, sem nenhuma comprovação. Dificultando posteriormente o aprendizado científico e comprovado das coisas. Os professores precisam separar conhecimento religioso do ambiente escolar, precisam ser imparciais, indiferentes as suas crenças e ensinarem valores morais com suas atitudes e exemplos que é como a criança aprende.

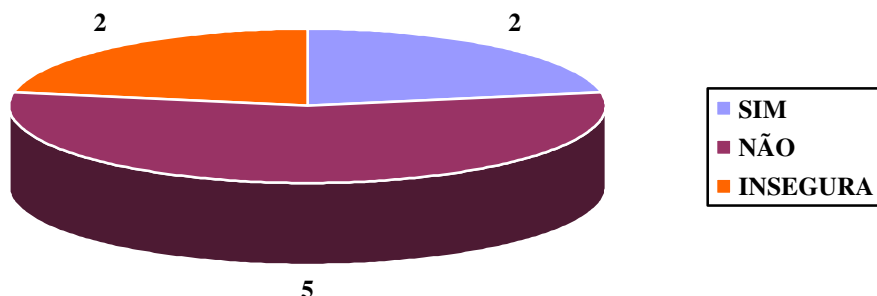
- Os alunos mostram interesse por este assunto:



Como esperado devido às respostas anteriores, os professores responderam em quase maioria absoluta que as crianças têm interesse de aprender sobre religião, sem elas ao menos saberem o que ela representa. É fato que elas não são perguntadas se querem ou não aprender, isso é imposto a elas por meio de ensinamentos, textos bíblicos, músicas, como a própria fala da professora releva: *“Através de músicas, pequenas histórias, desenhos. Ilustrar histórias e etc.” Professor 9.*

As crianças são seres fáceis de persuadir, são receptoras e muitas vezes acreditam em tudo que lhes falam. Não se impõem com facilidade ainda mais se vier da escola e professora. Como elas vão dizer não quero aprender sobre isso ou aquilo e ir contra a maioria absoluta da turma que a olhará diferente? Isso não é dever dela, é obrigação da professora e escola saber o que deve ensinar, sem deixar-se influenciar e influenciar seus alunos a respeito deste assunto.

- Você se sente constrangido ao falar sobre uma ou outra religião para as crianças dentro de um país que tem uma diversidade religiosa enorme e diz-se laico:



Como percebemos os professores não se sentem constrangidos ao falar sobre religião para as crianças indo de encontro a Constituição, DUDH, LDB, e autores como Piaget, Kohlber entre outros. O que vale é mostrar os valores, ensinar sobre o “criador” e suas grandezas.

*Professor 2- “Não; porque eu jamais iria discutir sobre doutrinas religiosas, mesmo porque isto não é o foco do assunto. E sim trabalhando os valores que acredito ser o principal dentro de quaisquer denominação.”*

*Professor 3- “Sim, porque pode-se entrar em áreas que gerem polêmicas e discordâncias desnecessárias.”*

*Professor 4- “De forma nenhuma.”*

*Professor 5- “Me sinto insegura por ser um assunto muito amplo.”*

*Professor 6- “Não trabalho com denominações religiosas em sala de aula, apenas temas que são universais.”*

*Professor 7- “Não. Pois vivemos na diversidade e a religião é uma delas.”*

*Professor 8- “Não. Até porque devemos ensinar a respeitar a religião alheia como gostamos de ter a nossa respeitada. E os alunos compreendem isso.”*

É importante salientar que em sua maioria os professores focam nos valores que a religião traz no que desrespeita a diversidade quando eles mesmos desrespeitam a lei e a liberdade de cada aluno que tenha ou não uma religião. É preciso que as escolas revejam seus conceitos de valores, que os mesmos não são adquiridos com uma religião ou outra. É nítida a falta de respeito com as pessoas que não tem uma religião e são obrigadas a participarem desse cenário religioso, onde a religião representa a base da moralidade para os professores.

A escola não é lugar de pregação religiosa seja de qual denominação for, nem todos os pais acreditam em deus e é certo que deixarão isso claro a seus filhos. Rezas antes de lanches ou dos alunos entrarem na sala de aula é completamente inconstitucional. Santos, imagens, crucifixos ou desenhos de deuses nas escolas vão contra a diversidade que os professores tanto pregam e ensinam. Não se ensina valores ou moral com a falta dele, crianças aprendem com as atitudes dos adultos, se na própria escola a prática é de desrespeito são assim que as crianças vão crescer, apontando o diferente, o não comum, desrespeitando e sendo preconceituosas com as pessoas que não seguem os mesmos princípios. Professores, boas condutas, educação, valores e uma moral digna de um cidadão brasileiro não são atributo de sua religião ou de qualquer uma que seja. Existem pastores bons e ruins, padres pedófilos e outros não, líderes corruptos assim como aqueles que não têm nenhuma crença e nenhum valor. Mas existem também aqueles que são adeptos a uma religião ou não e são pessoas que respeitam o próximo, que apresentam boas condutas. Não é preciso que a religião faça o que ela não é capaz de fazer, a família e a escola já têm seu papel dentro da formação do ser, não coloquemos a responsabilidade em mais denominações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática do ensino religioso/religião nas escolas públicas do Brasil sempre foi tema de debate e conflitos. Mesmo em um país laico que em sua Constituição há explícito a preservação do direito de liberdade religiosa, percebemos que na prática esses direitos são violados desde as séries iniciais com inserções de linhas religiosas em sala de aula.

A religião no Brasil teve como marco inicial de conflitos a chegada dos Portugueses que desejavam expandir a fé cristã nas colônias conquistadas aos índios e aos escravos que aqui estavam dando início a uma miscigenação religiosa e dominação do catolicismo. Daquela época até os dias atuais foram sendo discutidas diversas formas de se colocar a religião dentro do espaço escolar sem ferir a liberdade do outro e abrangendo todas as religiões. Percebemos por vários textos legais que a religião é um fator separado da escola, mas na proposta de minha pesquisa comprovei que isso de fato não acontece. O ensino religioso é representado nas escolas públicas pela idéia de promoção da diversidade religiosa e cabe-nos pensar como aplicar está temática sem ferir as pessoas. A LDB é pouco clara quanto a disciplina, deixando a margem diversas utilizações na operacionalização desta, o que consequentemente apresenta uma ameaça a laicidade e a democracia do Estado, pois cada escola e professor utiliza-se do texto da forma que bem entende. Faz-se necessária que a LDB seja revisada, trabalhada e atualizada de acordo com as legislações pertinentes, para que de fato tenhamos escolas que lutam por um bem comum.

Quanto aos professores de educação infantil, ao inserirem a religião que pertencem ou qualquer outra dentro da sala, além de ferir com a liberdade de crença, violam a garantia dos direitos humanos e colocam essa prática para as crianças que não estão preparadas cognitivamente para tanta informação como defende Kohlberg (1958) em sua teoria do desenvolvimento da moral. É preciso que estudiosos e profissionais se debrucem sobre esta vertente e tentem implantar novas políticas de ensino.

A escola deve ser entendida como um espaço de compartilhamento de saberes, bem como de construção de práticas sociais (DINIZ e LIONÇO, 2008 *apud* TORRES). Vista dessa forma é preciso que pedagogos sintam-se responsáveis por esta prática e hajam de acordo com políticas que assumam o dever de proporcionar as crianças um espaço de aprendizagem com liberdade e diversidade, respeitando a todos em suas diferenças e conciliando-as para ter um ambiente amigável entre as crianças, e não as colocando numa prática preconceituosa. As

escolas precisam assumir seu verdadeiro papel de promover aprendizagem e socialização e deixar que a família assuma papéis pessoais. Espero que este trabalho venha contribuir para que esta temática não fique apenas na proposta, mas que possa suscitar novos estudos e gerar propostas significativas para a educação.

## **PERSPECTIVAS FUTURAS**

A conclusão deste TCC e de minha graduação em Pedagogia representa mais uma etapa vencida com muito esforço em minha vida. Formar-se na Universidade de Brasília que de um sonho se tornou realidade é um mérito de poucos.

Nestes quatro anos e meio de formação, pude compreender o que é ser pedagogo e valorizar esta profissão pouco almejada no meio acadêmico, mas que diretamente contribuiu na formação e desenvolvimento de cada um de nós, uns mais significativos outros não, mas todos com valores inestimáveis na alfabetização.

Almejo ser uma grande profissional da área da educação infantil, passar para o quadro de servidores públicos do DF, fazer mestrado e posteriormente doutorado e seguir sempre nesta linha de estudo, podendo ter desta forma uma participação afetiva e construtiva na vida de crianças e jovens.

Enfim, estas são as minhas perspectivas profissionais que irei me esforçar para vencer, assim como venci a graduação.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. M. **Nietzsche e a religião**. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/08/nietzsche-e-a-religiao/>>. Acesso em 20 de jan. de 2013.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. 3ed. Rev e amp. São Paulo: Moderna 2006.

BARRETO, C. H. O. **A RELIGIÃO NATURAL NA CONCEPÇÃO DE DAVID HUME, SIGMUND FREUD E DANIEL DENNET**. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/3293/1/2011\\_CarlosHenriqueOliveiraBarreto.pdf](http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/3293/1/2011_CarlosHenriqueOliveiraBarreto.pdf)>. Acesso em 21 de fev. de 2013.

BERTRAND, Russell. **Educação e Sociedade. A religião na educação**. Livros Horizonte, Lisboa, 1982, pp. 68-77. Disponível em: <<http://www.filedu.com/brussellareligiaonaeducacao.html>>. Acesso em 25 de jan. de 2013.

BRAIDWOOD, Robert John. **Homens Pré históricos**. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988,c1975.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Ementas Constitucionais nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 2011.

CAETANO, M. C. **Ensino Religioso: Sua trajetória da educação brasileira**. Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo01/Maria%20Cristina%20Caetano%20e%20Maria%20Auxiliadora%20Monteiro%20Oliveira.pdf>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2013.

CHAIKLIN, S. **A Zona de desenvolvimento próximo na análise de Vigotsky sobre aprendizagem e ensino**. Traduzido por Juliana Campregher Pasqualini. Maringá, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v16n4/a16v16n4.pdf>>. Acesso em 21 de mai. de 2013.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa. O sistema totêmico na Austrália.** Tradução Paulo Neves. São Paulo, 2000.

FERNANDES, P.C. da C. **As origens do Espiritismo no Brasil: Razão, Cultura e Resistência no início de uma experiência (1850-1914).** Brasília, 2008.

FILHO, J. S. B. **Educação religiosa e pedagogia: contradições e obstáculos à constituição de sujeitos.** Disponível em: <<http://gwnit.microlink.com.br/~braga/>>. Acesso em 20 de mar. de 2013.

FINI, L.D.T. **Desenvolvimento Moral: de Piaget a Kohlber.** Florianópolis, 1991. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/9127/10679>>. Acesso em 15 de mai. de 2013.

HUME, David. **História natural da religião.** Tradução, apresentação e notas de Jaimir Conte. Editora UNESP: São Paulo, 2005.

LAPLANTE, François. **Aprender Antropologia.** 1 ed. Ed Brasiliense: São Paulo, 2007.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** 24 ed., [reimpr.]: Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

LEAL, L. N. **Igreja católica tem recorde e perde 465 fiéis por dia em uma década.** São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,igreja-catolica-tem-queda-recorde-e-perde-465-fieis-por-dia-em-uma-decada-,893778,0.htm>>. Acesso 30 de maio de 2013.

**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 20 de fev. de 2013.

MARCONI, Marina de Andrade, PRESOTTO, Zélia Maria Neves. **Antropologia: uma introdução.** 6 ed. -3 reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

MARIZ, R. **Ensino religioso na ilegalidade – LDB não é respeitada.** Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.direitoshumanos.etc.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2891:ensino-religioso-na-ilegalidade-ldb-nao-e-respeitada&catid=19:civil&Itemid=161](http://www.direitoshumanos.etc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2891:ensino-religioso-na-ilegalidade-ldb-nao-e-respeitada&catid=19:civil&Itemid=161)>. Acesso em abril de 2013.

NEWLANDS, A. **Religiões e crenças e seus símbolos**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/128182573/Amanda-Newlands-Religioes-e-Crenças-e-seus-símbolos-pdf>>. Acesso em 03 de fev. de 2013.

OLIVEIRA, Aline Carrijo de. **Língua portuguesa: minidicionário**. 1 ed. Blumenau: Vale das Letras, 2011.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.html](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.html)>. Acesso em 25 de mai. de 2013.

PIRES, Flávia. **Tornando-se adulto: Uma Abordagem Antropológica Sobre Crianças e Religião**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rs/v30n1/a08v30n1.pdf>>. Acesso em 11 de abril de 2013.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 12 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992. (Coleção educação contemporânea)

SALLA, Fernanda. **Ensino Religioso e escola pública: uma relação delicada**. Educação e debate. Nova escola. Brasília, Ano XXVIII. Nº 262, p.22-23, mai. 2013.

SANTOS, Thais Araujo. **A influência da Educação Religiosa no desenvolvimento da moral**. Brasília, 2013.

SOARES, A. M. L. **Educação e religião na escola pública: direito do educando e do educador**. 2011. Disponível em: <<http://www.direcionaleducador.com.br/educacao-72-jan/11/capa-educacao-e-religiao-na-escola-publica-direito-do-educando-e-do-educador>>. Acesso em 03 de fev. de 2013.

TERENCE, A.C.F. A abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. Fortaleza, 2006. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006\\_TR540368\\_8017.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR540368_8017.pdf)>. Acesso em 03 de mar. de 2013.

TORRES, C.G. **O fenômeno religioso sob a leitura da psicanálise freudiana.** Disponível em: <<http://www.psicanalise.ufc.br/hot-site/pdf/Trabalhos/13.pdf>>. Acesso em 21 de jan. de 2013.

TORRES, Vanessa Carrião. **O ensino religioso nas escolas públicas brasileiras: um desafio democrático para o Estado Laico.** Brasília, 2009. Disponível em: <[http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/1307/1/2009\\_VanessaCarri%C3%A3oTorres.pdf](http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/1307/1/2009_VanessaCarri%C3%A3oTorres.pdf)>. Acesso em 11 de abril de 2013.

VALERIO, D.B. **O ensino religioso na escola: uma questão complexa.** Pernambuco, 2008.

VICENTE Paulo, Marcelo Alexandrino. **DIREITO CONSTITUCIONAL DESCOMPLICADO.** 7 ed.- Rio de Janeiro: Forence; São Paulo: MÉTODO: 2011.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação inicial da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

## **APÊNDICE**

## Roteiro de entrevista



**Universidade de Brasília - Faculdade de Educação**

**Docente Orientadora: Professora Doutora Tereza Cristina Siqueira Cerqueira**

**Docente Co-orientadora: Professora Doutora Tânia Cristina Cruz**

**Acadêmica: Nathalia Monike Freire Firmino**

**Matrícula: 100057047**

**Curso: Pedagogia**

### **FORMULÁRIO DESTINADO AO PROFESSOR**

**1-** Em sua opinião o Ensino religioso deve fazer parte do currículo escolar?

☐ SIM ☐ NÃO

Por quê?

**2-** Você fala sobre “Deus” e religião dentro da sala de aula com seus alunos?

**3-** Qual é a sua religião? E você costuma trazer-la para sala de aula? Se sim, como?

**4-** Você acha que as crianças das séries iniciais têm pensamento cognitivo para aprender sobre religião? Se sua resposta for sim diga como seria a melhor forma. E se não, explique.

**5-** Os alunos mostram interesse por este assunto?

☐ SIM ☐ NÃO

**6-** Você se sente constrangido ao falar sobre uma ou outra religião para as crianças dentro de um país que tem uma diversidade religiosa enorme e laico?